

MP investiga uso de verbas da saúde

Promotora analisa pedido de transferência de R\$ 3,8 milhões dos restaurantes para custeio do hospital do Iaserj

Paulo Nicoletti - 17/7/2003

ADRIANA BITTENCOURT

O Ministério Público estadual está investigando o repasse de verbas do Fundo Estadual de Saúde (FES) para programas da Secretaria de Ação Social, como denunciou ontem o **Jornal do Brasil**. Durante um ato público em defesa do Instituto de Assistência ao Servidor do Estado do Rio (Iaserj), na Assembléia Legislativa do Estado (Alerj), a promotora Patricia Vilella anunciou que vai pedir o bloqueio de R\$ 3,8 milhões – verba com destinação prevista aos programas Cheque-Cidadão para a Terceira Idade e Restaurantes Populares. A promotora também vai analisar a proposta do deputado Paulo Pinheiro (PT) de transferir essa verba para o Iaserj.

O orçamento deste ano prevê a liberação de mais de R\$ 28 milhões do FES para combate à

desnutrição – quantia que o Estado reservou para os dois programas sociais. A forma de se usar a verba, na opinião de Paulo Pinheiro, que preside a Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso da Alerj, deveria ser revista. Segundo o deputado, é preciso

analisar se o fornecimento de refeições a R\$ 1 e a distribuição de cheques são formas eficazes de combater a desnutrição nas comunidades de baixa renda. Um relatório do Ministério da Saúde apontou a prevalência da desnutrição no Brasil nas crianças entre 6 e 11 meses de idade (2,5% do total de crianças desnutridas).

– Na segunda-feira vou enviar um requerimento pedin-

do que as Secretarias Estaduais de Saúde e de Ação Social informem o percentual de desnutridos atendidos pelos Restaurantes Populares e pelo Cheque-Cidadão. Essa verba deveria estar sendo usada na desnutrição infantil – criticou o deputado.

A proposta de transferência da verba – que iria para os programas sociais – para o Iaserj foi bem aceita pelos médicos e funcionários que participaram do ato público. De acordo com Zamir Martins, da Comissão Gestora da Secretaria Estadual de Saúde, o hospital necessitaria, de acordo com uma estimativa inicial, de R\$ 8 milhões mensais para funcionar. Desse valor, R\$ 4,5 milhões estariam destinados ao custeio geral, que inclui compra de medicamentos e material, e R\$ 3,5 milhões para o pagamento de pessoal.

– No período de janeiro a junho deste ano, foi gasto R\$ 1,7 milhão com o custeio do Iaserj. Essa verba subiu para R\$ 2,2 milhões nos meses de julho e agosto – informou Zamir.

O orçamento oficial prevê que o custo anual da Secretaria Estadual de Saúde com o Iaserj seja de R\$ 122 milhões. Até o dia 31 de julho, foram investidos R\$ 35 milhões – 29% do valor estipulado.

– Numa conta grosseira, o Estado poderia gastar R\$ 10 milhões por mês com o Iaserj. Isso mostra que, para o orçamento, não seria tão difícil chegar aos R\$ 8 milhões necessários – disse Paulo Pinheiro.

No início da semana, os médicos do Iaserj consideraram o hospital em estado de calamidade e declararam-se incapacitados para manter o atendimento.



A CRISE NO IASERJ: setores inteiros do hospital estão parados e o atendimento está prejudicado pela falta de verbas e equipamentos. Médicos já se declararam impossibilitados de manter os serviços aos servidores.